



ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO: SUA CONTRIBUIÇÃO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA DOS TRABALHADORES¹

Carolina Ritter², Caroline Goerck³

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –, refere-se a uma pesquisa desenvolvida no término do Curso de Serviço Social da UNIJUÍ, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Seu objetivo foi analisar como a inserção dos sujeitos nos empreendimentos de Economia Solidária no município de Santo Ângelo pode contribuir ao exercício da cidadania destes trabalhadores, com vistas a dar visibilidade a esta realidade. Este tema foi priorizado pelo fato de que, com as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, no final do século XX e no limiar do século XXI, que caracterizam a reestruturação do capital, vêm desencadeando um contingente de sujeitos desempregados, principalmente os menos qualificados profissionalmente. Com base nesta realidade, faz-se necessário a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência para os trabalhadores, assim como estabelecer como um contraponto ao próprio sistema capitalista. A Economia Solidária está sendo concebida pelos empreendimentos associativistas e/ou cooperativistas no Brasil, nas últimas décadas do século XX. Este estudo está respaldado na pesquisa qualitativa e no método dialético-crítico, que por meio das categorias de historicidade, totalidade e contradição buscou compreender as informações obtidas pela pesquisa. Foram definidas ao trabalho as seguintes categorias teórico-temáticas: reestruturação produtiva, Economia Solidária e cidadania. Posteriormente, foi desenvolvida a coleta das informações pela aplicação de um formulário por meio da técnica de entrevista em três empreendimentos coletivos: duas associações (uma de Reciclagem e Educação Ambiental e outra de melão) e uma Cooperativa de Habitação, todos de Santo Ângelo. As informações qualitativas foram submetidas à técnica de análise de conteúdo. A inserção dos trabalhadores nos empreendimentos de Economia Solidária no município de Santo Ângelo pode contribuir ao exercício da cidadania dos mesmos na medida em que estes sujeitos dentro dos grupos exercem os seus direitos políticos, ao praticarem a autogestão. Por mais que nem todos participem das decisões e nem desejem ser representantes da associação/cooperativa, esta possibilidade lhes é proporcionada. Também exercem seus direitos civis, na medida em que se organizam, e participam de um empreendimento coletivo. E exercitam os direitos sociais pois a maioria dos associados possui casa própria, trabalho e renda, acesso aos direitos trabalhistas, há divisão das riquezas coletivamente produzidas e ou adquiridas, e se tem a promoção de qualificação, mesmo que a característica de grande parte dos membros seja a baixa escolaridade. Assim, a Economia Solidária contribui ao exercício da cidadania pois proporciona dentro destes empreendimentos o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. No entanto percebe-se que, no que se refere ao âmbito externo do grupo, estes sujeitos, muitas vezes, não participam dos Fóruns e feiras de Economia Solidária, que também seriam espaços que contribuem para o desenvolvimento dos grupos fomentando assim a cidadania. As características sócio- econômicas dos entrevistados demonstram que os empreendimentos são compostos por sujeitos que em sua maioria estão na faixa etária de 31 a 40 anos, de origem



européia, casados, com filhos. Há um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres. Grande parte também mora com familiares, possuem casa própria, com renda de até 2 salários mínimos. Além disso, a escolaridade dos mesmos é baixa, dando-se principalmente no Ensino Fundamental Incompleto. Outro fator analisado na pesquisa foi como a Economia Solidária vem contribuindo para gerar trabalho e renda aos sujeitos no município de Santo Ângelo, com vistas a potencializar as alternativas de geração de trabalho e renda aos segmentos sociais mais vulnerabilizados no município de Santo Ângelo. Com base nas informações obtidas observou-se que estes sujeitos em sua maioria se inseriram nas associações/ cooperativas há mais de dois anos, por meio do presidente dos grupos, buscando uma alternativa ao desemprego. A renda dos mesmos, a partir da inserção nos grupos melhorou. Esta informação é reforçada quando questionados sobre o que melhorou em suas vidas após a inserção nos grupos, onde as principais respostas são relativas ao rendimento. No entanto, alguns colocaram durante a realização das entrevistas, que a renda de um salário mínimo seria uma renda “de fome”, o que aponta que em alguns casos, mesmo tendo uma relativa melhora no rendimento, este não vem garantindo acesso às condições básicas de sobrevivência. Além disso, a maioria dos entrevistados possui acesso aos direitos trabalhistas, o que também lhes assegura alguns benefícios como: direito a férias, a auxílio - doença, entre outros. Também foi estudado como vêm sendo desenvolvidos os processos de trabalho nos empreendimentos tidos como de Economia Solidária, para colaborar com a efetivação dos princípios que a fundamentam. Neste aspecto foi averiguado que a maioria dos membros dos empreendimentos não percebe a diferença entre ser associado/cooperado e ser funcionário de uma empresa privada. Em sua maioria não é realizado rodízio, um dos princípios da Economia Solidária, apontando que se deve avançar neste aspecto. Os associados/ cooperados disseram também conhecer todas as etapas do trabalho, mesmo não havendo rodízio das atividades, porém nem todos souberam informar todas elas. Em relação à participação no empreendimento, observa-se que praticamente todos participam das reuniões e eleições, mas nem todos participam das decisões a serem tomadas, e a maioria não gostaria de ser o representante do grupo, assinalando novamente que a questão da participação efetiva, com todos os sócios auxiliando nas decisões também é um aspecto a ser trabalhado. Outro aspecto analisado é que a grande maioria conhece o Fórum e as Feiras de Economia Solidária, mas não participam, novamente demonstrando um ponto a ser avançado com vistas à efetivação dos valores e princípios da Economia Solidária e fomentação dos empreendimentos. Em relação aos familiares, foi colocado pelos associados que estes os apóiam, pois seus trabalhos e participação nos empreendimentos contribuem para a renda familiar. No que se refere à sociedade santo angelense a metade dos entrevistados apontou que esta valoriza e a outra metade apontou que muitos desconhecem o grupo. O reconhecimento social desta alternativa de geração de trabalho e renda é de extrema importância para que estes grupos recebam apoio da mesma na luta por políticas sociais públicas que fomentem os empreendimentos econômicos solidários. A partir do estudo feito pode-se observar que por meio das experiências de Economia Solidária os sujeitos se aproximam mais da cidadania, ou seja, passam a vivenciar os seus direitos civis, políticos e sociais, mas não de uma forma plena e contínua, como prevê a Constituição Federal de 1988. Esta pesquisa é de grande importância ao Serviço Social, já que a Economia Solidária é uma das formas de resistência às



manifestações da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, e pode contribuir com o exercício da cidadania dos sujeitos, bem como com a diminuição da desigualdade social e proporcionar acessos a direitos até então não efetivados por completo.

¹ Trabalho de conclusão de curso

² Bacharel em Serviço Social pela UNIJUÍ

³ Docente em Serviço Social